

VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS E SIMBÓLICAS NA TRAJETÓRIA DE UMA PROFESSORA INTERSEXUAL

INTERPERSONAL AND SYMBOLIC VIOLENCE IN THE PATH OF AN INTERSEX TEACHER

HENRIQUE LUIZ CAPRONI NETO¹ E RENATA DE ALMEIDA BICALHO²

Recebido em: 27/08/2012

Aprovado em: 18/03/2013

RESUMO

O presente artigo destina-se a analisar a trajetória e as violências vivenciadas por uma mulher intersexual, especialmente no âmbito profissional. Para isso, consultou-se trabalhos dedicados à intersexualidade e à violência nas organizações e foi feita uma entrevista com a professora intersexual por meio da história oral. A análise qualitativa dos dados foi realizada de acordo com as categorias de violência interpessoal e simbólica. De modo geral, destacamos uma trajetória marcada pela violência e enfatizamos a relevância de incluir os intersexuais nas discussões sobre diversidade nas organizações.

Palavras-chave: diversidade sexual; violência interpessoal; violência simbólica; intersexual.

ABSTRACT

This article aims to analyze the trajectory and violence, especially for professional sphere, experienced by a woman intersexual. For this, we revisited studies devoted to intersexuality and violence in organizations and interviewed a teacher intersexual through oral history. Data analysis was performed according to the categories of interpersonal violence and symbolic violence. In general, we highlight a path marked by violence and emphasize the importance of including intersex in discussions about diversity in organizations.

Keywords: sexual diversity; interpersonal violence; symbolic violence; intersex.

1 Introdução

O presente artigo versa sobre a trajetória e as discriminações vivenciadas por uma mulher intersexual, especialmente no âmbito profissional. Ressalta-se que ela foi criada por sua família como se fosse um indivíduo do gênero masculino e apenas assumiu uma identidade feminina quando já adulta.

Há poucos trabalhos envolvendo a temática da diversidade sexual no ambiente de trabalho. Além disso, a maioria deles tem como foco o homossexual masculino, como é o caso do estudo de Irigaray (2007), que trata sobre as estratégias de sobrevivência dos gays nesse ambiente, de Ferreira (2007), que analisa os gays e o *coming out*, de Irigaray,

Saraiva e Carrieri (2010), que tem como foco o humor e a discriminação, de Siqueira e outros (2009), sobre a homofobia, e de Garcia e Souza (2010), sobre a discriminação que os gays sofrem no setor bancário. Tratando especificamente das lésbicas, há o trabalho de Irigaray e Freitas (2011), que apresenta as discriminações que estas sofrem no trabalho. Já sobre as travestis e transexuais, há apenas um artigo de Irigaray (2010), o qual aborda as dificuldades que elas enfrentam até mesmo para conseguir um emprego no mercado formal. De modo geral, nota-se que as pesquisas têm privilegiado o homossexual masculino, abordando as discriminações, violências e exclusões que os não heterossexuais experimentam no mundo do

¹ Mestrando em Administração de Empresas no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e Graduado em Administração de Empresas, ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Vinculado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: henriquecap_adm@yahoo.com.br.

² Mestre em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Doutoranda em Administração pela UFMG. Professora assistente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. E-mail: renata.bicalho@ufjf.edu.br.

trabalho. Contudo, nenhum deles versou, até o momento, sobre a inserção e o cotidiano de intersexuais em ambientes de trabalho. A fim de suprimir tal lacuna, encontra-se o presente artigo.

A intersexualidade pode ser conceituada como um desequilíbrio nos fatores relacionados com a determinação do sexo, o indivíduo apresenta tanto caracteres femininos como masculinos. Portanto, a ambiguidade sexual é demarcadora da condição de intersexo (CANGUÇU-CAMPINHO; BASTOS; LIMA, 2009). É uma identidade envolta pela invisibilidade, pois raramente se fala sobre e pouco se sabe a respeito do assunto, uma vez que este afasta-se do ideal de dimorfismo sexual, já que os corpos dos indivíduos intersexuais são “corpos que deslizam nas representações do que se considera como verdadeiramente humano, situando-se nos interstícios entre o que é normal e o que é patológico” (PINO, 2007, p. 153).

Nesse sentido, Foucault (2001), em um curso que ministrou, relacionado com a “Anormalidade”, salienta que os intersexuais eram considerados uma espécie de monstro por serem vistos como uma mistura de dois sexos. Assim, durante a idade média até o século XVI, os intersexuais eram executados e queimados devido a sua condição. No século XVII, não eram condenados por ser hermafroditas, porém, era solicitado que escolhessem um sexo (que seria dominante para eles) e se comportassem de acordo com a escolha. Todavia, se utilizassem o outro sexo ou sexo anexo, seriam condenados pelas leis penais, inclusive por sodomia. Já no século XIX, há uma noção de monstruosidade não mais de caráter jurídico-natural, mas de jurídico-moral, em virtude de um posicionamento médico que evidenciava a presença simultânea de dois sexos num só indivíduo e as más formações, relacionada com esquisitices e imperfeições que podem ser associadas com condutas criminosas.

No contexto atual, Pino (2007) relaciona os intersexuais com a norma-

lização compulsória de corpos e identidades, destacando que as discussões sobre os mesmos não devem abranger apenas a questão do estigma de se ter um corpo fora das representações culturais vigentes, mas devem considerar as exigências sociais de como devem ser homens e mulheres na sociedade.

Assim,

a experiência *intersex* mostra em níveis extremados a normalização compulsória dos corpos e das identidades, pois evidencia a restrição das identidades de gênero ao binarismo homem-mulher e a das identidades sexuais a uma suposta coerência necessária entre corpo sexuado, práticas e desejos. Tudo se inicia logo após o nascimento, quando a genitália de um bebê não responde claramente a questão: É menino ou menina? A dúvida faz com que a medicina inicie uma série de intervenções corporais como as cirurgias de “correção genital” e tratamentos hormonais. Por meio desses procedimentos médicos dispensados aos *intersex*, podemos perceber os significados sociais e culturais atribuídos ao corpo, assim como as relações políticas que constroem nossos corpos (PINO, 2007, p. 152).

Em linha semelhante, Machado (2005) argumenta que o sexo e os gêneros são construídos na cultura e que as fronteiras entre o que é considerado natural e não natural são definidas de acordo com as normas sociais, considerando-se o modelo dicotômico como construção social e norma para todos, o que acarreta pouca tolerância para a indefinição e para a ambiguidade. Dessa forma, ao analisar o processo de tomada de decisão quanto às cirurgias reparadoras de crianças intersexuais, nota-se que essa dicotomia é um aspecto relevante para classificar os genitais da criança e influencia a percepção de familiares e médicos sobre pessoas intersexuais. Assim, no caso de se considerar a menina quanto à cirurgia reparadora, os aspectos relevantes envolvem a capaci-

dade reprodutiva e a expectativa de reconstrução da vagina, tendo em vista a possibilidade de, na vida adulta, esta ser penetrada por um pênis e ter relações sexuais prazerosas. Já ao considerar um menino, deve-se ponderar sobre o tamanho e a capacidade erétil do órgão sexual, a possibilidade de sentir prazer e de realizar uma penetração adequada em uma vagina, a capacidade reprodutiva e a habilidade para “urinar em pé” e não “como uma menina”.

Nessa perspectiva, é interessante a conclusão de Canguçu-Campinho, Bastos & Lima (2009), ao revisarem periódicos de diversas disciplinas envolvidas com a intersexualidade, segundo os quais os autores da área de sociologia criticam a perspectiva binária de gênero e enfatizam o impacto dela durante a designação sexual dos intersexuais. Evidencia-se que a escolha do sexo da criança pressupõe a necessidade de construir cirurgicamente o órgão sexual de modo a firmar uma identidade heterossexual e jamais a homossexual.

É também relevante, a respeito dos intersexuais na sociedade, como destacado por Silva (2010), que o termo intersexo ou intersexual não é reconhecido oficialmente pela medicina brasileira, a qual geralmente adota a denominação distúrbio de diferenciação do sexo ou desordem de diferenciação do sexo. Contudo, a militância intersexual é contra a utilização dessas nomenclaturas, as quais são adotadas internacionalmente, por não se considerar indivíduos intersexuais como portadores de distúrbios ou desordens. Ainda sobre a questão do termo intersexualidade, Machado (2008) destaca que o termo originou-se no âmbito médico, mas que os grupos de ativismo *intersex* adotam-no para contestar a ideia de patologização da intersexualidade, inclusive questionando sobre a real necessidade das cirurgias corretoras de genitais considerados “ambíguos”.

2 Violência interpessoal e simbólica

Pretende-se abordar a temática da violência, especificamente a interpessoal e a simbólica, e sua relação com aqueles que fogem aos padrões socialmente valorizados, como homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Ademais, é notório que tais sujeitos são vítimas constantes desses tipos de violências tanto no âmbito social como no âmbito organizacional. Para tratar sobre este tema, os trabalhos de Hyrigoyen acerca da violência interpessoal por meio do assédio moral e de Bourdieu sobre a violência simbólica, bem como as considerações de Bicalho, serão utilizados como base

Sobre a violência nas organizações, Bicalho (2008) salienta que o tema tem ganhado destaque na mídia e na área de Administração e que há dois focos de análise: um relacionado com as violências não perceptíveis nas organizações e outro com a vitimização, ou seja, em como trabalhadores atribuem significado a essa violência. Contudo, a autora ressalta a importância de analisar a convergência desses dois focos, tratando tanto das situações em que a violência é percebida e relatada quanto daquelas em que a violência não é relatada e do motivo do não relato deste tipo de agressão.

O conceito de violência, segundo Bicalho (2008), coincide e diverge em algumas obras. Há três perspectivas a respeito do conceito de violência: uma relacionada com as interações pessoais, outra baseada na estrutura da sociedade ou da organização e outra que faz referência ao poder simbólico. Dentro dessas visões, há aquelas que compreendem tal conceito a partir de uma visão mais objetiva, que considera apenas aquilo que é observável, e outras a partir de uma visão mais subjetiva, considerando as falas dos vitimizados.

Faria e Meneghetti (2002) ressaltam que a violência está relacionada com toda forma de exploração e domi-

nação. Destarte, para os autores, a violência é definida como

a prática de ações voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força e desproporcionais à utilidade tolerável da aceitação da dominação como fruto das relações de poder, impondo, assim, um ambiente de não questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la (FARIA; MENEGHETTI, 2002, p. 4).

Sobre as formas de manifestação da violência, os autores ressaltam que a violência ocorre quando o poder está concentrado em uma relação assimétrica, na qual prevalecem os interesses particulares em detrimento dos coletivos. A partir disso, classificam tais manifestações em violência física, psíquica, social, estrutural e simbólica.

A violência física tem por objeto o corpo do trabalhador e manifesta-se através da intensificação do ritmo de trabalho, da rotinização das tarefas, do acúmulo de horas de trabalho e da execução de trabalhos insalubres, que pode levar a dores crônicas, a intoxicações, a perda de reflexo.

A violência psíquica é demonstrada pela exploração de aspectos psicológicos do trabalhador visando aumentar sua produtividade para beneficiar a organização. Geralmente, ela é percebida quando os trabalhadores adquirem doenças psicossomáticas, como estresse, depressão e neuroses, que tem por consequência doenças físicas, como enxaquecas, úlceras ou doenças cardiovasculares

A violência social é aquela relacionada com a reprodução do contexto em que se vive sem o questionamento das práticas sociais nas relações de

trabalho. Essa falta de questionamento expressa-se na ausência do coletivo em modificar a sua realidade, o que, consequentemente intensifica, todas as outras formas de violência existentes.

A violência estrutural tem por base a ação racional-legal, que se fundamenta em racionalidades baseadas na “razão” corrente, a qual é aceita e instituída na sociedade, pois se acredita que a utilidade desta violência incorpora as justificativas e explicações para manter a coesão social e o convívio em sociedade, instituindo-se, assim, essa atitude. Assim, “esta mesma razão, que formula estas técnicas, é a razão que enaltece a globalização como processo naturalmente benéfico a todos, sustentada por pressupostos que, quando questionados, são insuficientes para formar o pensamento crítico e emancipador” (FARIA; MENEGHETTI, 2002, p.8).

Por fim, a violência simbólica é aquela que age pela manipulação do campo simbólico dos trabalhadores, visando que estes tenham o comprometimento e os comportamentos esperados pela organização. A manifestação desse tipo de violência pode ser percebida nos quadros de melhor funcionário do mês, na promessa de benefício extra para o “melhor” trabalhador, na “intimidade” com o superior hierárquico etc.

Faria e Meneghetti (2002) afirmam, ainda, que essas formas de violência não são excludentes, nem se apresentam isoladas ou hierarquizadas, motivo pelo qual é relevante identificar em qual delas encontra-se a origem dos problemas a fim de evitar a manifestação e a banalização da violência.

Considerando o assédio moral um meio de violência interpessoal, Hyrigoyen (2005) destaca seu conceito:

o assédio moral no trabalho é definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de

uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (HYRIGOYEN, 2005, p. 17).

Uma característica relevante enfatizada pela autora está associada à recursividade do fenômeno, posto que os ataques são considerados graves em virtude dos efeitos cumulativos dos traumatismos repetitivos. Hyrigoyen (2005) também ressalta o aspecto da perversidade narcisista dos agressores, que estabelecem relações de manipulação, desconfiança e destruição com o outro, buscando aniquilar os que representam um empecilho ao seu poder, ademais, sentem um forte prazer em executar ações que possam destruir a identidade da vítima.

É também importante considerar algumas atitudes dos agressores com relação às vítimas, como as apontadas por Hyrigoyen (2005): deterioração proposital das condições de trabalho, que abrange atitudes tais como a retirada de autonomia; não transmissão de informações úteis; crítica exagerada ou injusta ao trabalho desenvolvido; dificuldade de obtenção de promoção, danos no local de trabalho da vítima; recusa de comunicação, que envolve a falta de diálogo com a vítima por parte dos colegas ou superiores; comunicação somente escrita; proibição aos colegas de falar com a vítima, isolamento da vítima em relação aos colegas; atentados contra a dignidade, que englobam desde gestos de desprezo até críticas à vida privada; e, por fim, violência verbal, física ou sexual.

Tratando de algumas características dos vitimados, nota-se que estes, geralmente, são pessoas que pensam ou agem de modo diferente do grupo e possuem um espírito crítico. Aliás, o assédio moral está relacionado com a não aceitação de uma diferença e, provavelmente, origina-se de alguma discriminação. Cabe destacar que o assédio é um fenômeno mais sutil e menos identificável do que a discriminação (HYRIGOYEN, 2005).

Bicalho (2008) tece duas consi-

derações relevantes sobre os conceitos definidos pela autora. A primeira diz respeito ao assédio moral, que é caracterizado por Hyrigoyen como a recorrência de qualquer conduta abusiva; Bicalho (2008) defende que uma atitude pontual do agressor pode impactar de modo mais doloroso para a vítima do que pequenas violências sucessivas. Assim, cabe à vítima analisar o que a faz sentir violentada. A outra consideração de Bicalho (2008) trata do foco de impacto do ato violento que, na visão de Hyrigoyen, está relacionado com a ameaça ao emprego ou com a degradação do clima de trabalho. Bicalho (2008) considera essa visão pouco abrangente tendo em vista que uma violação física ou discursiva envolve as dimensões sociais e psicológicas de um sujeito, além da dimensão do trabalho. Em face dessas considerações, Bicalho (2008, p. 12) ressalta que “a violência interpessoal decorre do ato de agredir o sujeito física ou discursivamente em seu ambiente de trabalho, impactando de modo degradante em questões atinentes ao seu trabalho, à sua vida pessoal e às suas relações; com destaque para as implicações psicopatológicas”.

Quanto à violência simbólica nas organizações, primeiramente é importante destacar que há uma dimensão simbólica nas organizações que se articula com o contexto social, reproduzindo sua lógica, suas virtudes e seus preconceitos. Ademais, a manipulação desses aspectos simbólicos nas organizações, por parte dos atores dominantes, é uma forma de controle e um meio para formar uma comunidade de significados (ROSA; BRITO, 2009).

Bourdieu (2003, p. 7) caracteriza a violência simbólica como uma violência “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última estância, do sentimento”.

É importante destacar a relação entre a violência simbólica e as estruturas de dominação historicamente construídas, pois agentes como as instituições, as famílias, a Igreja, a Escola, o Estado e os homens, por meio da violência física e simbólica, contribuem para a reprodução das estruturas de dominação. Nesse contexto de reprodução da dominação simbólica, o dominado assume o ponto de vista do dominante, pois

a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural... (BOURDIEU, 2003, p. 47).

A violência simbólica não prescinde de uma coação física, posto que a força simbólica age praticamente como um poder mágico nas “disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados” (BOURDIEU, 2003, p. 50). Na visão de Rosa e Brito (2009), a violência simbólica atua conservando os padrões dominantes e a estabilidade do campo social ou organizacional, porquanto visa assegurar a dominação daqueles que ocupam posições de destaque nesses espaços e subjugar as minorias que se inserem nesse espaço. Desse modo, a *doxa*, como cultura dominante, atua por meio de uma ação pedagógica visando inculcar nas minorias, em que se inserem os não heterossexuais, a cultura oficial, violentando, assim, seu *habitus* primário (esquema de pensamento) para que se adequem à cultura oficial da organização. Dessa forma, ocorre uma violação da subjetividade a favor de um novo *habitus* coe-

rente com a *doxa* organizacional.

A dominação simbólica qualifica a discriminação sofrida pelos homossexuais, bem como a estigmatização e a invisibilidade a que estão submetidos, tendo em vista que

... como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a “discrição” ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor (BOURDIEU, 2003, p. 143).

A estigmatização dos homossexuais na sociedade, bem como a dominação sofrida por estes podem, também, ser expressas no ato sexual, uma vez que a penetração em outro homem pode ser compreendida no sentido de feminilizá-lo ou de diminuí-lo. Nas palavras de Bourdieu (2003, p. 32), “compreende-se que, sob esse ponto de vista, que liga sexualidade e poder, a pior humilhação, para um homem consiste em ser transformado em mulher”.

Ainda quanto à violência simbólica e a homossexualidade nas organizações, é importante mencionar o trabalho de Bicalho et al. (2011), que contou com a participação de doze homossexuais masculinos. A pesquisa apontou que esse tipo de violência está relacionada com a depreciação do homossexual, evidenciando que este é preterido pelo heterossexual, além de ser excluído dos ciclos sociais. Essa exclusão também se estende à perda de promoções no âmbito profissional, à dificuldade de crescimento na carreira e à inserção no mercado de trabalho. Quando os homossexuais internalizam essas violências, reproduzindo-as em si e em

outros não heterossexuais a dominação simbólica torna-se evidente.

3 Método

Devido à subjetividade inerente a esta temática, a violência na trajetória da professora intersexual, optou-se pela pesquisa qualitativa, posto que esta é mais subjetiva “e envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento das atividades sociais e humanas” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 26).

A participante da pesquisa, identificada neste artigo pelo pseudônimo Claudia, é uma intersexual, pessoa que nasce com características dos órgãos sexuais dos dois sexos em decorrência de um erro na combinação cromossômica, uma mutação no código genético ou um desequilíbrio na dosagem hormonal (PICAZIO, 1998). Ela possui 35 anos de idade, é graduada, professora na área das Artes e está com outra graduação em andamento.

O método de levantamento dos dados utilizado foi a história oral com foco na trajetória profissional. Meihy (1996, p. 9) salienta que a história oral configura-se pela “inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea”. A entrevista foi realizada em uma cidade de porte médio no interior de Minas Gerais, e os dados foram trabalhados a partir da análise de conteúdo qualitativa temática (BARDIN, 2008).

4 Análise dos dados

A análise dos dados de caráter qualitativa considerará duas categorias: violência interpessoal e violência simbólica.

4.1 Violência interpessoal

Esta seção iniciará com o depoimento de Claudia acerca de sua transfor-

mação para uma aparência feminina e a repercussão disso no ambiente de trabalho. Cabe lembrar que ela foi criada pela sua família como um indivíduo do gênero masculino e, apenas em sua juventude, adotou uma identidade feminina, o que se deu por falta de informação por parte de sua família, segundo a entrevistada.

Eu tive, assim, uma animosidade muito grande por parte dos pais de alunos, fizeram um motim geral, assim, reuniões, tentando me tirar da escola e tal; de alguns colegas professores da época e da direção da escola. A direção muito preocupada com aquilo e até de forma, assim, cruel mesmo, eles se mobilizaram a favor de me tirar da escola. E eu tive que lutar com muita garra por isso, chorar, brigar, xingar todo mundo e mostrar que eu era uma pessoa que tinha uma moral e que podia trabalhar na escola como outro funcionário qualquer. Mas foi muito difícil, uma fase, assim, que o preconceito me doeu muito. E foi assim, eu tive que invadir uma reunião dessas de pais e mostrar, dar a minha cara a tapa e falar “eu sou um ser humano digno de respeito, eu mereço esse respeito”. Eu queria uma chance para mostrar que o meu trabalho é o mesmo. Foi mais ou menos assim, as pessoas assustaram, mas souberam entender... Eu tive casos de pais me chamarem de nomes pejorativos, bichinha... (I).

Nota-se que Claudia destaca a falta de aceitação que sofreu por parte dos pais dos alunos. A violência está expressa na realização de reuniões, apoiadas por professores e pela própria direção da escola, com o objetivo de demiti-la. Tal reunião pode ser entendida como a manifestação de um “complô”, que visa deflagrar a exclusão sumária da entrevistada, por ser considerada inadequada para aquele trabalho devido a sua sexualidade e identidade. Nesse sentido, ela afirma: “eu queria uma chance para mostrar que o meu trabalho é o mesmo”. Nessa fala, percebe-se que a sua vontade era suplantar a forma pre-

conceituosa com que a viam e evidenciar que sua sexualidade em nada interferia no seu trabalho. Além das reuniões que ocorreram por sua causa, houve situações de agressões verbais por meio de apelidos pejorativos, marcas da violência interpessoal experienciada por Cláudia. É notório, no depoimento da professora, a exclusão, a mágoa e a dor que vivenciou nesses momentos.

A professora também comenta sobre a questão das indiretas e fofocas.

... E, assim, os alunos, como eu dava aula de pré até o quarto ano, eles entenderam bem, até o quarto não, até o oitavo ano. Eles entenderam bem, tinha aquelas fofquinhas, conversinhas assim, mas nada que viesse até a mim e me ofendesse diretamente, como eu temia muito que acontecesse... (II).

... Mas essa questão do pejorativo, de ofender, eu já não sinto muito. Pode até existir talvez por fora, às vezes alguém ainda me conta alguma coisa: “nossa fulano falou isso assim assado”. Falou? Mas eu não ouvi. Então, não me ofende tanto também... (III).

Embora Cláudia tenha mencionado a ocorrência de comentários maldosos ou pejorativos e pequenas fofocas em relação a sua condição, ela considera esse tipo de violência menos ofensiva do que as agressões discursivas diretas. A entrevistada aprendeu, com o tempo, a se proteger e a ignorar os burburinhos maliciosos a seu respeito. Percebe-se também, nos trechos transcritos, o modo como a discriminação e o preconceito são socialmente construídos e internalizados, já que as crianças e adolescentes para quem a professora lecionava, em sua maioria, conviviam bem com a diferença, ao contrário de seus pais, como percebemos no fragmento I da entrevista.

Já no trecho seguinte, fica evidente que há violência no tratamento de Cláudia, às vezes, propositalmente no gênero masculino.

Chegou, principalmente com essa questão do nome, porque, não que eu sentisse quando era chamada com o nome antigo, sentisse ofendida, não é isso, nem que eu quisesse que as pessoas também, de uma hora para outra, entendessem que não era mais um nome e era outro, que foi a situação mais complicada de tudo. Mas eu percebi que tinha gente que fazia de propósito, no momento público para poder me constranger mesmo. Então, agindo dessa forma, era uma ofensa. Agora, de vez em quando, alguém confundia, errava, então não era isso. Então, eu tentei mostrar para as pessoas isso... (IV).

Cláudia informa que notava que algumas pessoas a tratavam pelo nome masculino, exatamente em momentos públicos, com a clara intenção de constrangê-la ou ofendê-la. A adoção de tal artifício, objetivava violentá-la, ao trazer à tona, em momento impróprio, um passado que foi sofrido e superado. Ela ainda salienta que essa questão do nome foi uma condição complicada das outras pessoas compreenderem, pois algumas pessoas desconheciam a melhor forma de proceder, o que as difere daquelas que, deliberadamente, agiam a fim de gerar o constrangimento da intersexual, vista, preconceitualmente, como “anormal” e, portanto, digna de ser vitimizada.

Foi também relatada como violência interpessoal a exclusão em virtude do preconceito por meio do afastamento físico.

... Eu tive casos assim, por exemplo, de professores que quando eu chegava na sala dos professores, os professores saíam, evitavam de sentar perto de mim. É, sabe, teve casos assim... (V)

Ela relata que, após ter realizado a cirurgia e ter mudado totalmente para o gênero feminino, alguns outros professores, colegas de trabalho, evitavam ficar no mesmo recinto que ela ou sentar-se próximos a ela. Essa, mesmo que não explícita,

é uma violência interpessoal e apresenta-se do forma sutil e recursiva. Esse processo de vitimização é consequência da discriminação e poderia ser qualificado como um assédio moral, nos termos de Hirigoyen (2005), sendo, portanto, passível, até mesmo, de processo judicial.

É importante salientar que as violências interpessoais, em muitos casos, visavam excluí-la, desestabilizá-la e/ou constrangê-la. Ademais, é preocupante e deve-se ressaltar que tais violências são respaldadas pela sociedade em virtude do aspecto simbólico que desvaloriza as não heterossexualidades, como será discutido adiante.

4.2 Violência simbólica

Esta seção, acerca da violência simbólica, será iniciada com a temática que evidencia a busca, por parte da intersexual, para parecer-se heterossexual, que é uma violência autoinfligida em resposta ao padrão heteronormativo. Destarte, Cláudia relata o modo com que isso influenciou em sua escolha profissional.

Muito, nossa... Igual eu falei o caso do magistério, que sempre foi um sonho meu e eu lembro que na época do curso técnico, na minha época, a gente tinha possibilidade de fazer, era o científico [...] você podia fazer contabilidade ou magistério. Aí eu lembro que foi justamente nessa fase que eu queria, assim, tentar ser homem: “não vou fazer magistério não, que é coisa de mulher, vou fazer contabilidade que é coisa de homem”. Então, dessa forma influenciou bastante... Para você ver o quanto que era difícil até para mim mesma entender, porque, quantas contabilistas mulheres existem? Não tem nada a ver. Mas, sabe, a cabeça fica tão focada em uma coisa assim que era a todo custo ser normal, que isso, opa, contabilidade é uma profissão masculina, então eu vou fazer. (risos)

Por que de certa forma você queria, no caso, ser rapaz.

(risos) Ser normal (VI).

Cláudia salienta que, na época que ainda adotava uma identidade masculina, decidiu pelo curso técnico de contabilidade em detrimento do curso de magistério visando aproximar-se de um ideal heterossexual. A violência simbólica está expressa no fato de ela considerar que seria normal por parecer ou, ao menos, tentar ser heterossexual, ao escolher uma carreira vista como masculina na sociedade.

Além disso, nota-se que, refletindo sobre sua decisão, ela tomou consciência de que estava submetendo-se a um tipo de violência simbólica. O padrão heteronormativo, ao qual todos estão sujeitos, impõe-se de forma tão intensa sobre as pessoas que, mesmo tendo consciência de sua sexualidade, a entrevistada buscava enquadrar-se nele, a fim de se proteger das possíveis consequências interpessoais e simbólicas de sua real orientação sexual. Dessa forma, ela mesma acabou por se violentar, ao limitar sua escolha profissional com base no perfil sexual predominante, desconsiderando os seus verdadeiros desejos e suas predisposições, bem como as repercussões presentes e futuras dessa escolha, a fim de “ser normal”, estar adequada à norma social. Ainda sobre essa temática:

Eu tive uma fase de menininho. Eu tive uma fase, na minha adolescência, de menino, foi uma fase que, naquela busca incessante de ser normal, eu tentei ser menino, então, vestia roupas masculinas, tentei namorar e tudo mais, cortei o cabelo, fiz todo um aparato físico para me tornar, assim, visualmente masculino. E não deu muito certo (risos). Foi a fase que eu mais sofri, assim, com essas questões de preconceito, de discriminação, porque realmente você fica, as pessoas são muito visuais, o visual, infelizmente... mas o visual conta muito [...] Pois é, eu tive essa fase de tentar ser homem, de tentar ser menino, na qual eu fiquei uma figura meio andrógina, um menino muito delicado e aí o gayzinho da escola, por exemplo. Daí, você pode imaginar todo o sofrimento que eu passei por causa disso (VII).

Observa-se mais uma passagem na qual a entrevistada relata um episódio em que busca parecer normal, ou seja, parecer um menino (mesmo já se entendendo/vendo como menina) heterossexual aos olhos da sociedade, visando ajustar-se à identidade masculina que a sociedade lhe imputava. Assim, nota-se que a sexualidade se sobrepõe à identidade de gênero. É evidente a internalização da heteronormatividade por parte de Claudia ao buscar agir e vestir-se de modo masculino. Além disso, a intersexual salienta que a fase citada foi a mais dolorosa para ela, em termos de discriminação sofrida. Tal discriminação foi tão forte pois Claudia apresentava-se como uma figura andrógina, o que, de certa forma, relaciona-se com a homofobia, atitude que engessa as fronteiras entre os gêneros, já que o andrógino foge da imagem socialmente definida para cada gênero ao misturar elementos masculinos e femininos. Assim, adotando um aspecto andrógino, ela sofreu dupla violência: a primeira advinda da sociedade, que a violentava como a um gay, pelo preconceito e pela rejeição àqueles que não se enquadram ao padrão heterossexual tido como normal, e a segunda imposta por ela mesma ao se travestir de andrógino a fim de negar a sua identidade de gênero, pois, com isso, viveu uma negação de si, por estar constantemente em um papel com o qual não se identificava verdadeiramente.

Outra violência simbólica relacionada com o preconceito pode ser percebida no relato de uma exclusão sumária no trabalho:

Agora, um fato, assim, ruim, eu me lembro que numa época, assim, loucamente procurando emprego de qualquer forma, que não conseguia emprego, eu fui bater numa fábrica de calçados. E cheguei lá, toda arrumadinha, lembro que eu me maquiei para a entrevista, pediram documento, aí mostrei documento, quando olhou para o documento: (nome masculino de Claudia). Ela não me deu nem chance de explicar: “tá, então, qualquer coisa, a gente te liga”. Tá, não me ligaram, eu liguei:

“ah não, infelizmente, a sua vaga já foi preenchida”. Só que saindo dali, eu já fui percebendo aqueles olhares, aqueles comentários chatos, então, eu vi que eu perdi a vaga. Como contadora formada, eu tinha um currículo muito bom para trabalhar com eles, eu percebi que foi por causa da minha imagem feminina e um documento masculino. Eles devem ter pensando: travesti e tal, aquela coisa toda. Isso foi um episódio muito triste.

Ela não deixou nem você conversar?

Não deixou, olhou assim e tal “ah tá, qualquer coisa, a gente te liga e não sei o que”. E foi ali dentro, nesse foi ali dentro, o ouvido... já pega algumas coisas, escutei falando alguma coisa de travesti. E aí, eu fiquei esperando e não deu realmente resultado nenhum.

E como você se sentiu com essa situação?

Nossa, derrotada, fiquei muito triste... (VIII).

Claudia percebe que foi recusada em um processo seletivo em virtude da sua imagem e de seus documentos. Assim que o representante da empresa percebeu que era uma pessoa que fugia do padrão heteronormativo e de gênero socialmente definido, acreditando tratar-se de uma travesti, decidiu por excluí-la do processo seletivo e eliminou qualquer possibilidade de diálogo. Percebe-se, por meio desse relato, que a simples constatação de que o sexo masculino (identificado pelo nome expresso no documento) e a sexualidade feminina da entrevistada (evidenciado pela sua aparência e modo de ser) divergiam foi suficiente para excluí-la do processo seletivo. O responsável pela seleção nem mesmo avaliou as suas competências técnica e comportamentais, como é esperado, pois a sexualidade “anormal” já a desqualificou para a vaga em questão. Tal acontecimento é uma clara manifestação de violência simbólica, na qual o preconceito e a discriminação são os parâmetros para a avaliação profissional e exclusão.

Cabe considerar, como uma evidente manifestação de violência simbólica, a desqualificação do não heterosse-

xual no ambiente de trabalho.

... E depois no trabalho também, as pessoas, assim, até aceitam, respeitam, mas sempre com aquela, com o pezinho atrás, porque é gay, você tem que tomar cuidado...(IX)

A entrevistada destaca que, no ambiente de trabalho, ainda quando adotava uma identidade masculina e era considerada homossexual, notava que até era aceita, mas que, no entanto, ser tida como gay a desqualificava profissionalmente na visão das outras pessoas ou colocava em dúvida a sua competência profissional. Mais uma vez, percebe-se que a sexualidade que não se adequa à norma social configura-se como um fator de questionamento da essência pessoal e profissional de alguém, legitimando a violência simbólica.

Em face das violências, uma estratégia adotada por Claudia envolve o profissionalismo e a competência no âmbito profissional:

E quando eu já chego... Igual eu passei no concurso do (nome de um colégio), estou dando aula lá tem um mês, eu já cheguei (nome de Claudia), professora (nome de Claudia), já mostrei meu trabalho e só agora eles vieram a saber minha... por um link que alguém mandou do vídeo do programa e tal. E todo mundo achou lindo: "olha, saiu na (nome de rede de televisão)". Então, eu não tive essa questão, assim, das pessoas ficarem com preconceito, me discriminarem, porque já mostrei que sou capaz. Então, assim, igual eu estava comentando, não lembro com quem ontem, a gente acaba mostrando primeiro o trabalho da gente e depois começa a se abrir um pouco mais porque a pessoa já notou que tem capacidade, é um bom funcionário, vai dar conta. A gente acaba se apoiando por essas habilidades que a gente tem (X).

Como estratégia para proteger-se de alguma violência simbólica que pode desqualificá-la, a professora busca, pri-

meiramente, realizar e mostrar um trabalho competente, profissional e sério, pois, dessa forma, crê que poderá ser aceita. Note que ela opta por não se identificar claramente desde o início, pois receava ser julgada profissionalmente por sua sexualidade. O seu trabalho precisou ser demonstrado para que a mácula da intersexualidade não a acompanhasse na nova carreira. Isso ocorre porque, em uma sociedade heteronormativa como a em que vivemos, um profissional não heterossexual, para ser aceito como igual, precisa ser melhor do que aqueles que se adequam ao padrão de sexualidade socialmente imposto.

Agora, cabe evidenciar os reflexos da violência na transformação para uma aparência feminina:

Olha, é muito deprimente, eu sempre sofri de depressão por conta dessas coisas todas, de me magoar mesmo, magoa no íntimo, assim, porque você está buscando uma coisa e as pessoas não te ajudam [...] Então, a primeira reação era de muita tristeza, muita mágoa, ficava muito deprimida mesmo, só que alguma coisa dentro de mim me dava essa força para lutar contra isso: "não gente, eu preciso mostrar para as pessoas que eu sou capaz, porque eu não sou um lixo, que as coisas podem ser ao meu favor". Então, era mais ou menos assim (XI).

São observadas nessa fala as consequências das violências vivenciadas para a saúde psíquica de Claudia. Ela manifestava depressão, tristeza e mágoa frente a tais violências, frente a situações nas quais ela estava em busca de igualdade, mas as pessoas omitiam-se, recusando-se a ajudá-la. Evidencia-se também que a violência interpessoal e simbólica estão entrelaçadas, pois o aspecto simbólico é a base da violência interpessoal, uma vez que a sexualidade é o pretexto para que a violência simbólica ocorra e legítima, aos olhos da sociedade, a discriminação. A luta constante da intersexual e a rejeição por

parte dos demais envolvidos são reflexos de uma visão conservadora calcada em padrões heteronormativos, os quais constroem as ações dos indivíduos em sociedades que adotam tais padrões como fundamentos.

5 Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi discutir e analisar as violências interpessoais e simbólicas vivenciadas por Claudia, uma professora intersexual, com destaque para o âmbito profissional. Para isso, revisitou-se estudos dedicados à questão da intersexualidade e da violência, cujos conceitos de violência que mobilizaram este artigo foram discutidos a partir das ideias de Hyri-goyen, Bicalho e Bourdieu. Por fim, realizou-se uma entrevista, por meio da história oral, com foco na trajetória profissional. Os dados coletados foram trabalhados pela análise de conteúdo temática e qualitativa.

De modo geral, destacam-se, teoricamente, as discriminações, as estigmatizações e as violências vivenciadas pelos não heterossexuais e por aqueles que fogem às regras socialmente definidas no mundo do trabalho, reflexo do que ocorre na sociedade de modo amplo. Estudou-se empiricamente a trajetória de uma professora intersexual marcada pelas seguintes violências: piadas, comentários pejorativos, exclusão sumária nos processos seletivos, exclusão pelo afastamento físico, ofensas relacionadas ao seu nome, desqualificação por ser não heterossexual e auto-violência, pela internalização do ponto de vista heteronormativo e pela consequente tentativa de parecer heterossexual. É também importante enfatizar que Claudia experimentou algumas violências quando adotava uma identidade masculina (pois foi criada assim por sua família), uma vez que as pessoas tendiam a vê-la como um homossexual masculino. A intersexual também experimentou essas violências quando já

adotava uma identidade feminina, em ocasiões em que foi confundida com uma travesti ou transexual. Nota-se que, nessas vivências, houve casos em que as pessoas sabiam que se tratava de uma intersexual e houve aqueles que não o sabiam. De todo modo, a violência dirigia-se a ela pela sua sexualidade, a qual não condizia, de uma forma ou de outra, com os padrões heteronormativos socialmente impostos, o que implicava sua desqualificação e exclusão, bem como a vivência de uma série de violências. Ademais, o padrão heteronormativo é tão socialmente valorizado e dominante que, em diversos momentos da sua trajetória profissional, tanto de modo deliberado como de modo não deliberado, a intersexual o internalizou ou o adotou, evidenciando a dominação simbólica, para não sofrer com as violências e as discriminações.

As violências interpessoais ocorrem devido à construção ideológica em torno da sexualidade, e as violências simbólicas manifestam-se nas relações sociais. Contudo, ressalta-se, que a separação entre violência interpessoal e violência simbólica, conforme estabelecido, é possível apenas para fins de análise e para demonstrar a violência em um caráter explícito e em outro não tão explícito, uma vez que o âmbito simbólico e das relações reais influenciam-se e interpenetram-se.

Por fim, sugere-se que as minorias, como as pessoas intersexuais, sejam incluídas nas agendas de pesquisa da comunidade científica e nas discussões sobre diversidade no mundo do trabalho, devido à relevância do tema. É importante também entender como se dão e quais são os impasses na inserção e manutenção dos sujeitos não heterossexuais nos ambientes de trabalho, para, com isso, possibilitar mais igualdade entre os indivíduos, independentemente de sua sexualidade e demais diferenças.

Referências

1. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
2. BICALHO, R. A. Categorias Frankfurteanas para uma tipologia de violência nas organizações. In: Encontro de Estudos Organizacional, 05, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENEO, 2008.
3. BICALHO, R. A.; DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, M. M. P. Symbolic violence and homosexuality: a study in Brazilian major cities. **Far East Journal of Psychology and Business**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2011.
4. BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
5. CANGUÇU-CAMPINHOS, A. K.; BASTOS, A. C. S. B.; LIMA, I. M. S. O. O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. **Physis: revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 19 [4]: 1145-1164, 2009
6. COLLIS, J; HUSSEY, R. **A Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e de pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
7. FARIA, J. H.; MENEGHETTI, R. H. A instituição da violência nas relações de trabalho. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, XXVI, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ENANPAD, 2002.
8. FERREIRA, R. C. **O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, 2007.
9. FOUCAULT, M. Aula de 22 de janeiro de 1975. In _____, **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
10. GARCIA, A.; SOUZA, E. M. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1353- 1377, 2010.
11. HYRIGOYEN, M. F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
12. IRIGARAY, H. A. A. Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.
13. IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 59, p. 625-641, 2011.
14. IRIGARAY, H. A. Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no mundo do trabalho sobre a ótica queer. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 6, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENEO, 2010.
15. IRIGARAY, H. A.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Humor e discriminação por orientação sexual no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 14, n. 5, p. 890 – 906, 2010.
16. MACHADO, P. S. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005a.
17. MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 24, p. 249-281, 2005.
18. MACHADO, P. S. Intersexualidade e o Consenso de Chicago: as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n.

68, p. 110-124, 2008.

19. MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

20. PICAZIO, C. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

21. PINO, N. P. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 28, p. 149-174, 2007.

22. ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre a violência simbólica nas organizações. **Organizações e Sociedade**. Salvador: v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.

23. SILVA, R. L. O. **Entre a norma e a natureza**: a construção da intersexualidade. Dissertação – Mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, 2010.

24. SIQUEIRA, M. V. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, H. K. B.; ANDRADE, A. J. A. Homofobia e violência moral no trabalho no distrito federal. **Organizações e Sociedade**. Salvador: v. 16, n. 50, 447-461, 2009.